



OS INTELECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

RESENHA DA OBRA: GRAMSCI, Antônio. **OS INTELECTUAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 245 p.

Renata Venturim Bernardino¹

Antônio Gramsci foi um filósofo, linguista, teórico e ativista político marxista, que nasceu em uma família pobre na Sardenha, Itália, no ano de 1891. Ele estudou na Universidade de Turim e foi formado na tradição idealista de Croce, mas, progressivamente, sob a influência das leituras de Lênin, se contrapôs ao pensamento italiano dominante (evolucionista), entendendo o marxismo como um historicismo. Isso fica mais evidente quando, em 1913, se filia ao Partido Socialista Italiano e também passa a escrever em jornais vinculados a partidos políticos; comprometido com a consciência e a formação política da classe trabalhadora, sendo entre os anos de 1919 a 1920 o principal mentor do jornal/semanário *L'Ordine Nuovo*, porta voz dos Conselhos de Fábrica de Turim, além de ter participado da fundação do Partido Comunista da Itália no ano de 1921 e ter sido eleito deputado em 1924. Em 1926, foi preso e condenado pelo Tribunal de Exceção do regime fascista de Mussolini e permaneceu preso até abril 1937, quando morreu depois de ser colocado em liberdade vigiada. Na fase pré-cárcere, Gramsci escreveu alguns ensaios sobre literatura e teoria política, publicados em jornais operários e socialistas; e, em cárcere, redigiu uma vasta quantidade de anotações em trinta e três cadernos que trazem reflexões políticas no contexto da primeira Guerra Mundial e dos anos que culminaram na ascensão do fascismo na Itália. Nestes cadernos, Gramsci evidenciava a importância e as dificuldades de organização política dos trabalhadores no contexto de uma sociedade civil enfraquecida pela constante centralização política subsidiada por

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). E-mail: renatavb@ifes.edu.br



uma tradição autoritária e paternalista, por um elitismo dos intelectuais e pela ação da Igreja católica.

A obra *“Os Intelectuais e a Organização da Cultura”* reúne várias notas escritas por Antônio Gramsci em cárcere entre os anos de 1926 e 1937, trazendo suas reflexões sobre o papel dos intelectuais nas disputas de poder, na construção de uma hegemonia da classe dominante e na organização social e política da Europa, sobretudo da Itália, do início do século XX, em um contexto econômico e social caracterizado pela implantação do fordismo e por políticas autoritárias, em confronto com um movimento operário que se organizava num processo revolucionário. Essa obra foi publicada pela primeira vez em 1949 em italiano e, em 1968, o texto traduzido pela primeira vez em português foi editado por Carlos Nelson Coutinho e publicado. Foi o segundo volume, de um total de seis publicados originalmente em italiano, para apresentar a obra carcerária gramsciana ao mundo após o êxito editorial estrondoso que a publicação das Cartas do Cárcere obteve.

A quarta edição publicada em 1982, em particular, está dividida em três capítulos na qual estão presentes questões centrais da reflexão gramsciana. Nela está contida uma interessante apresentação do pensamento desse importante autor marxista do século XX, que teve uma enorme repercussão ao ser publicado originalmente em fins dos anos 1940; não apenas entre os adeptos do marxismo, como também entre intelectuais de outros campos do pensamento. Em seu primeiro capítulo *“I. Contribuições para uma história dos intelectuais”*, Gramsci aborda a função cosmopolita dos intelectuais italianos, os intelectuais italianos no exterior (Europa, América e Ásia) indo além do fator diretamente classista. Ele incorpora em sua análise o elemento que, na perspectiva marxista, se constitui como fundamental: a divisão social do trabalho, que, por sua vez, se reflete no âmbito do conhecimento, de modo que teria criado uma classe de letrados que cultivava a ilusão de estar situada acima dos grupamentos socioeconômicos em disputa na sociedade. Porém, ao considerar os seres humanos em suas múltiplas dimensões, Gramsci acreditava ser impossível



separar o *homo faber* do *homo sapiens* (embora tenha sido esta a tentativa da burguesia industrial durante o século XX). Para ele todos os homens são intelectuais, pois até mesmo o menos qualificado dos trabalhos manuais, requer um mínimo de destreza criativa.

Apesar de considerar que “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer” e contribui para “manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (p. 7-8), o autor não nega que nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais. A questão fundamental de sua reflexão é que a noção dos intelectuais como um grupo social autônomo e independente é a aparência falsa sob a qual os próprios intelectuais tendem a se representar a si mesmos. O acréscimo da palavra “independente” é central para as indagações realizadas pelo autor; por entender que as camadas intelectuais não surgem de forma abstrata, democrática ou liberal, mas sim de relações concretas dentro do processo histórico de produção social. Assim, a organicidade da relação entre os intelectuais e a classe que estes representam não é mecânica e autônoma, mas consequência da origem social dos intelectuais. É este vínculo orgânico que, em última instância, define socialmente o intelectual, visto que cada grupo social cria para si uma forma orgânica, com uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, nos aspectos econômico, social e político. Portanto, cada grupo social possui ou tende a formar a sua própria camada de intelectuais.

Apesar do apreço que Gramsci tem pelo conceito de intelectuais e centralidade que eles têm nos conflitos de classe, ocorre que tal constructo tem conotações diferentes ao longo do texto carcerário. Outra questão apresentada por Gramsci será a da posição dos intelectuais na sociedade, reconhecendo a complexidade deste tema e que no processo histórico da formação de intelectuais existem duas categorias principais: orgânico e tradicional. Gramsci vê que cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais ou tende a formá-la para lhe dar homogeneidade e consciência de sua própria função nos aspectos econômico, social e político. Nesse sentido, o intelectual orgânico é proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e

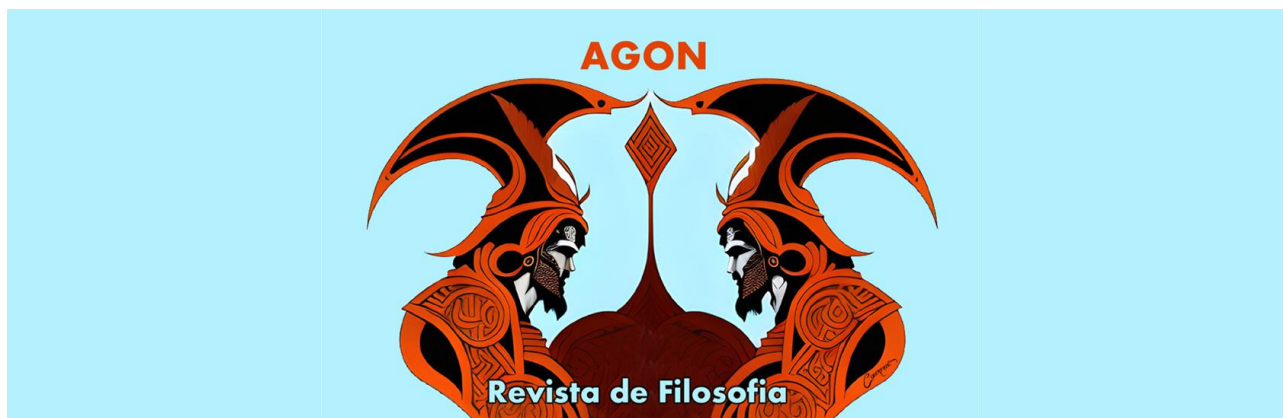


homogeneizador. Assim, haveria uma categoria de intelectuais orgânicos diretamente responsáveis pela administração da hegemonia da classe dominante, ou seja, à massa de especialistas: o técnico da indústria, o cientista da economia política, o administrador, o jurista, o comunicador, entre outros, a fim de encobrir a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e perpetuar a dominação de classe, como entendiam Marx e Engels.

No que se refere ao intelectual tradicional, este nasce numa determinada classe e cristaliza-se, sendo que Gramsci apresenta como exemplo mais típico os corpos eclesiásticos ou clérigos. Isso se deve porque a igreja monopolizou por muito tempo as atividades consideradas eruditas ou serviços técnico-científico e de alta qualificação. Os sacerdotes estiveram organicamente ligados à aristocracia fundiária e, mais tarde, com a ascensão da burguesia, grande parte das atividades sob seu poder foi subtraída, embora não tenham deixado de existir à medida que outros funcionários herdavam sua qualificação. Nesse primeiro capítulo, Gramsci identifica dois grandes “planos” superestruturais:

o plano da “sociedade civil” (conjunto de organismos chamados comumente de “privados”); e o plano da “sociedade política”, do Estado e do governo jurídico. (correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando). Examina a atuação dos intelectuais em funções burocráticas, na sociedade civil e no papel político e cultural dos grandes intelectuais que, pela sua direção, “centralizam e dominam” todo o conjunto de manifestações sociais e políticas com eficácia e precisão (p. 10-11). Assim, o autor evidencia que as camadas intelectuais surgem de relações concretas dentro do processo histórico de produção social.

No plano da superestrutura, ele acreditava que os Conselhos de Fábrica tinham uma característica inovadora na forma organizativa, aliando trabalho produtivo, política e educação, como também que os partidos políticos tinham a tarefa política e cultural de criar as condições possíveis para instaurar as bases de uma revolução proletária contra o Estado burguês. Nesse



sentido, a organização política do proletariado e a conquista dos camponeses como aliados implicaria a formação de intelectuais orgânicos, a assimilação de intelectuais tradicionais e o enfrentamento da questão cultural do ponto de vista da luta de classes, reconhecendo os conflitos sociais e as tentativas de organização política expressas nos movimentos populares e das resistências dos camponeses e operários.

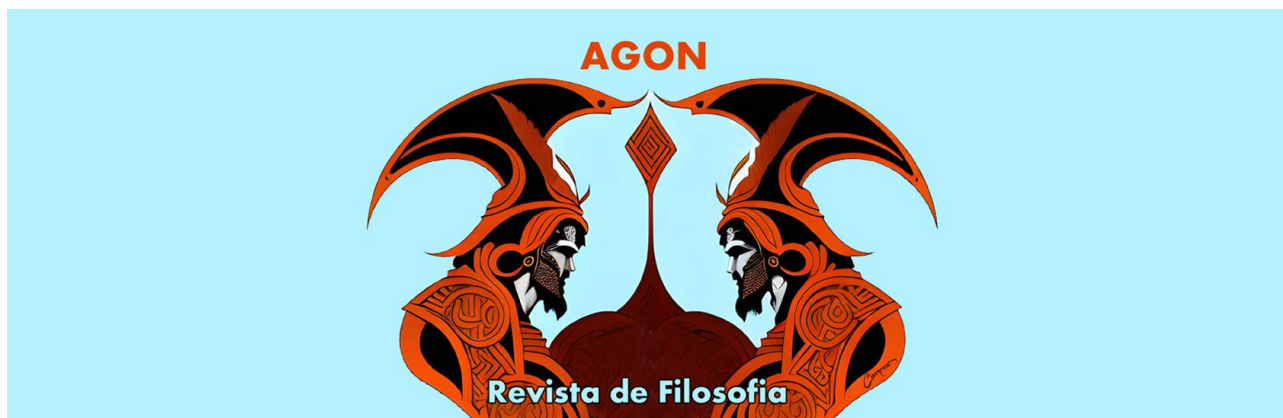
Gramsci destaca a importância da educação e da própria cultura, numa relação dialética com a infraestrutura econômica de uma dada sociedade historicamente contextualizada. Ele acreditava que ambas podiam servir tanto de instrumento das classes dominantes para reforçar e manter a sua hegemonia quanto de instrumento de ação transformadora dos dominados em direção a uma sociedade nova, socializada democraticamente. Em seu segundo capítulo, “II. A organização da cultura”, Gramsci aborda a organização da escola e da cultura e a investigação do princípio educativo. Ele defendia a ideia de que para superar a contradição de uma educação burguesa e dicotômica, que separa uma educação humanista abstrata e geral para as classes dominantes e uma educação de ofício para as classes subalternas, seria necessário implantar a “escola unitária” de caráter formativo para o desenvolvimento do “humanismo” em sentido amplo e de uma cultura geral socialista (p. 121).

No subcapítulo “Notas esparsas”, Gramsci apresenta sua investigação sobre a origem histórica de alguns princípios da pedagogia moderna, incluindo a escola ativa e a escola ao ar livre, e apresenta uma crítica à pedagogia mecanicista e idealista. Em seu terceiro capítulo “III. Jornalismo”, Gramsci destaca a luta no campo ideológico, destacando o fator cultural na sociedade europeia e a interferência dos meios de comunicação da época (como jornais e revistas) nos modos de seleção e interpretação dos acontecimentos. O autor ao mesmo tempo em que evidencia que a cultura se constitui na direção intelectual e moral que a classe dirigente imprime a toda a sociedade, também apresenta críticas ao alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder autoritário de controle da época, como aparelho de hegemonia sob a influência de instituições da classe



dominante, que procuravam intervir nos planos ideológico-cultural e político visando a disseminar informações e ideias para a sedimentação em torno de determinadas concepções de mundo. Nessa obra, é possível ver uma profunda e ampla análise do contexto europeu, principalmente italiano, do início do século XX, situando as instituições socioculturais (no plano da superestrutura) capazes de contribuir para a elaboração do novo intelectual, necessário para a construção da nova cultura e de uma nova sociedade. O autor evidencia que, no contexto das relações hegemônicas, a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais, nas relações concretas dentro do processo histórico de produção social.

Nessa apreensão teórica, o autor analisa como se processam (no concreto) os mecanismos da luta pela hegemonia e o papel da cultura e dos intelectuais nos processos de transformação histórica, mostrando que a luta de classes se reflete no terreno simbólico de modo mediado. Enfatiza as “esferas de consenso” e de “controle intersubjetivo das interações sociais” e a “socialização da política”, com base na democracia como valor universal. O autor destaca a ação do intelectual orgânico da classe operária no âmbito da sociedade civil, como agente que estimula um novo consenso através do dissenso e da crítica do senso comum. Assim, aponta para a necessidade de se expandir a dimensão cultural da luta de classes, através da organização da cultura e da escola, pois ele acreditava que a revolução se daria pelo convencimento e consentimento, através da linguagem e da retórica. Esse autor desenvolve algumas concepções marxistas, considerando a relação dialética entre sociedade e indivíduo, na defesa da superação da estrutura social e da construção de uma sociedade sem classes. Sua análise pressupõe uma visão de totalidade e, ao mesmo tempo, das relações de poder e das contradições sociais em que vivem os homens reais em situações concretas. Gramsci, desta forma, apresenta críticas às interpretações liberais, mecanicistas, tradicionais e tendenciosas da história italiana, apontando que não há neutralidade na leitura da história e que o conhecimento pode ser instrumento de uma práxis transformadora. Apesar das sutilezas presentes na obra carcerária, que durante sua escrita sofria intensa censura do regime fascista, é



possível evidenciar que se trata de uma obra de fundamentação epistemológica do Materialismo Histórico e da ontologia da práxis, sendo parte do processo histórico do desenvolvimento epistemológico, que se propõe a trazer uma discussão ainda atual sobre hegemonia cultural, sendo uma referência importante para reflexões sobre o pensamento social brasileiro sobre a educação na atualidade e sobre as novas formas de organização dos trabalhadores e da nova realidade laboral, considerando as devidas particularidades nacionais e locais.